



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da 13ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema de 30 de outubro de 1984.**

Aos 30 dias do mês de outubro de 1984, foi realizada no Salão dos Pratos do Palácio dos Bandeirantes, a 13ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - Consema, de cuja pauta constou os seguintes itens: 1) aprovação da Ata da Reunião anterior; 2) Política Emergencial de Parques; 3) Áreas de Proteção ambiental; 4) Diversos. Participaram os seguintes membros: **Dr. José Pedro de Oliveira Costa, Secretário Executivo do Consema; Dr. José Ricardo de Carvalho, Dr. João Luiz Portinari, Dr. George Roosevelt Peres, da Secretaria Executiva do Consema Dr. Maurício Cadaval, da Secretaria de Economia e Planejamento; Dr. Eduardo Pires Castanho Filho, Dr. João Régis Guillaumon, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Dr. Ícaro Aranovitch Cunha, da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente; Dr. Jorge da Cunha Lima, Secretário da Cultura e Dr. Augusto Humberto Vairo Titarelli, da Secretaria da Cultura; Dr. José Eduardo Vieira Raduan, da Secretaria do Interior, Dr. Rafael Kertzman, da Secretaria dos Negócios Metropolitanos; Dr. Fredmar Correa e Dr. Zilmar Cardoso, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb; Dr. Giorgino Nogueira, da Companhia Energética de São Paulo - CESP; Dr. Miguel Fernando Von Behr, da Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior; Dr. Antonio Augusto Mello de Camargo Ferraz, da Procuradoria Geral da Justiça, Dr. José Carlos Salvagni, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo; Dr. Ocílio José Azevedo Ferraz, Dr. Mauro Antônio de Moraes Victor; Dr. Gastão Gonçalves da Silva; Dr. Sérgio Dioletachi; Dr. Antonio Carlos Sarti. Contou também com a participação do Dr. João Evangelista Rodrigues Leão, da Secretaria da Cultura.** 1) Dr. José Pedro, abrindo a reunião, explicou que a reunião prevista para o dia 19 de outubro último não se realizou a pedido do secretário de Obras e do Meio Ambiente, por não se ter ainda soluções definitiva técnica e financeira para a questão da Barragem do Vale Grande, que deve atender a todas as necessidades do Mar Pequeno, enchentes e agricultura da região. Em seguida, informou que o assunto Vale Grande poderia ser incluído no item 4 da Pauta - diversos, se os componentes da mesa estiverem de acordo. Dr. Jorge da Cunha Lima discutiu sobre a metodologia das reuniões, dizendo que qualquer que seja a pauta deve ser reservado um pequeno expediente em seu início para informações e discussões sobre problemas de Meio Ambiente. Dr. José Pedro explicou que essa discussão é feita no final da reunião, no item Diversos; e apela para que as discussões dos itens da pauta sejam objetivas e sucintas, para que se possam discutir todas as questões. Este apelo se prende a um atraso de pauta, pois teremos que ter até o final do ano uma Reunião Extraordinária para discussão e provável solução para Barragem do Vale Grande e uma Reunião Ordinária para o acompanhamento da Política Estadual do Meio Ambiente e assuntos sobre Cubatão. Pediu também às Secretarias e órgãos que ainda não mandaram respostas à Secretaria Executiva sobre as prioridades da Política Estadual do Meio Ambiente, que as mandem até o final do mês de novembro para que possamos ter os dados para o seu acompanhamento. Em seguida, submeteu à aprovação a Ata da 12ª Reunião. Todos aprovaram com ressalva da abstenção de voto do Dr. Manuel Carneiro, representante da Secretaria dos Negócios Metropolitanos, quanto a moção de apoio do projeto de lei nº 669/83, de autoria do Deputado Tônico Ramos. 2) Iniciada a discussão sobre a Política emergencial de Parques e Reservas, Dr. José Pedro comunicou que esta foi aprovada por este Conselho há cerca de 1 ano e evoluiu para a proposta de criação da Fundação Florestal, que seria feita através de uma proposta de lei a ser encaminhada à Assembleia e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

posteriormente regulamentada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento. A proposta se baseia na venda de madeira de pinus e eucaliptos já maduros, de propriedade do Estado, gerando recursos para o Plano Emergencial de Parques solicita informações da Secretaria de Economia e Planejamento e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento sobre o estágio atual dos estudos. Dr. Régis Guillaumon fez considerações sobre aspectos da preservação florestal no Estado e comparou índices de áreas verdes por habitante, e índice de qualidade da vida com os dos países desenvolvidos. Citou que o índice de áreas verdes no Estado de São Paulo baixará de 0,43 hectares por habitante em 1969, quando a população do Estado era de 13 milhões de habitantes e havia 5,5 milhões de hectares de florestas, incluindo cerrados, cerradões e reflorestamento para 0,05 há/há em 1990, projetando-se a evolução atual. Citou também que na Alemanha Ocidental este índice é de 0,12 há/há; na Alemanha Oriental 0,17 há/há; na França 0,25 ha/ha; na Suécia 2,17 há/há; no Canadá 21,60 há/há, enfatizando o caso do Japão onde o índice é de 0,20 ha/ha, sendo população ligeiramente menor que a do Brasil e a área pouco maior que a do Estado de São Paulo. Citou o trabalho elaborado pelo Dr. Mauro Victor que parte do princípio de que os parques e reservas seriam perpetuados, o que considera uma hipótese muito otimista. Exemplifica com o Parque de Jacupiranga, do qual apresentou levantamento. O Parque, que tem cerca de 150 mil hectares, localiza-se próximo ao Estado do Paraná, numa região em que há litígio quanto a divisa dos Estados e graves problemas fundiários, existindo inclusive suspeita de que a divisa estadual esteja sendo empurrada para dentro do Estado de São Paulo para viabilizar a invasão do parque e posterior utilização das terras. Comunicou que 20% da área do Parque está desmatada, e que o Instituto Florestal dispõe de apenas 9 (nove) funcionários para cuidar destes 150 mil hectares. Citou, ainda, que a área sob responsabilidade do Instituto florestal era de 350 mil hectares em 1970 e passou para 765 mil hectares em 1984, tendo como total 1.500.000 hectares se considerarmos a Serra do Mar. Comunicou que em 1970 o Instituto Florestal dispunha de 2.983 funcionários, e que em 1983 este contingente havia baixado para cerca de 1.800, comunicou também que o Plano Emergencial de Parques prevê áreas de intervenção mais críticas em três etapas para 1984, 1985 e 1986, sendo que já foi iniciada marcação do Petar, transferida a Fazenda Picinguaba da Ceesp, e nos Bairros Cotas de Cubatão iniciada a demarcação do Parque. O plano financeiro prevê a exploração de 30.000 hectares de florestas artificiais do governo, através de manejo seletivo gerando recursos para regularização fundiária. é necessário que o Plano Emergencial seja acelerado para o tempo deste Governo. Dr. José Pedro falou que é inaceitável que o Governo passe e não dedique atenção muito especial ao assunto, que está na Secretaria de Planejamento e na Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e foi debatido no Conselho de Economia com a presença do Senhor Governador. Perguntou ainda se o projeto de lei irá este ano para a Assembléia legislativa. Dr. Régis disse que se as áreas não forem desapropriadas a preservação é pouca, lembrando que o tombamento e declaração de áreas de proteção ambiental são instrumentos auxiliares. Dr. Castanho comunicou que já foram encaminhados documentos propondo a Fundação florestal, que é u organismo gerencial que visa produtos, atende a preocupação social do governo e inicia definitivamente a implantação dos Parques e Reservas do Estado. Comunicou que na Reunião do Conselho Econômico o Governo solicitou um documento que pudesse embasar sua decisão, e que o Conselho Econômico manifestou favoravelmente à Fundação desde que não exista outro mecanismo no Estado que possa desempenhar suas funções. A estrutura da fundação é extremamente simples e seria mais uma diretoria operacional no Instituto Florestal, tendo a vantagem de ter a agilidade de uma Fundação. Contribuiria também para superar o impacto da política atual de emprego do Estado no Instituto florestal, onde a força de trabalho diminuiu e envelheceu, fazendo piorar a vigilância e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

cair a produção, em função do aumento da relação área/trabalhador. Apenas a serraria e carpintaria de Itapetininga trabalhando em um turno atenderia ao Plano Emergencial, previsto para conclusão em 4 (quatro) anos, com os recursos procedentes da exploração madeireira, sobrando ainda 1,5 bilhão para desapropriações. Se Itapetininga trabalhasse em 2 (dois) turnos o Plano se concluiria em 3 (três) anos como a Fundação Teria duração indefinida, em 10 anos seriam feitas todas as desapropriações necessárias para implantação efetiva dos Parques e Reservas do Estado. A fórmula fundação mantém sob a responsabilidade do Instituto Florestal a efetivação do plano Emergencial, e, portanto garante sua realização. O Dr. Cadaval disse que ninguém de bom senso iria contra os objetivos propostos, quanto ao Plano emergencial de Parques e Reservas e pela geração de recursos. No entanto, deve se refletir sobre o mecanismo para realizá-lo. Declarou não ter posição a priori contra a fundação florestal, mas lembra que a Política do Estado de São Paulo é de não criar novos órgãos, e portanto devem ser estudadas alternativas institucionais, que certamente existem. Lembrou que há muitas atividades no Estado que não dependem de um órgão específico, e aventou que, por exemplo, a CAIC talvez pudesse suportar estas iniciativas. Disse também que qualquer alternativa que não a Fundação Florestal não implicaria necessariamente na dispersão de recursos, mesmo porque há mecanismos de controle, e propõe que não se fixe numa única solução e que não se justifique a inatividade pela não aprovação da alternativa proposta. Dr. José Pedro, em seguida, disse que já foi aprovada por este Conselho a idéia de Fundação Florestal, e que a questão de alternativa, levantada pelo Dr. Cadaval é válida, mas que é preciso discutir tendo-as em mãos e amadurecidas. Disse também que o Governo não se opõe à criação da Fundação. Falou também sobre o Encontro realizado em Ubatuba nos dias 20 e 21 de outubro último, cujo tema foi “Sobrevivência da Serra do Mar”. Uma das preocupações desse Encontro foi sobre a fiscalização dos Parques, sendo esta de prioridade nº 1. Foi formando um grupo para que se proponha até o final do ano um plano de fiscalização dentro do Plano Emergencial. Foi também pedido ao Secretário de Segurança helicópteros para colaborar nessa fiscalização. Em seguida, falou sobre o documento da Serra do Mar com definições e formação de Grupo de Trabalho, com despacho do Senhor Governador; e propôs aos Conselheiros que se fizesse um apelo ao Governador, ao Secretário de Economia e Planejamento e ao Secretário de Agricultura e Abastecimento, para que dêem solução, da forma mais rápida possível, para o problema do Plano Emergencial de Parques. Todos aprovaram. Dr. José Pedro passou a seguir ao terceiro item da pauta: Áreas de Proteção Ambiental. Fez uma breve exposição relembrando as áreas já existentes: Corumbataí - Botucatu - Tejuapá, Silveiras, Campos do Jordão, Tietê, Cajamar, Cabreúva, Jundiá e a da Serra do Mar, recém-criada. Falou também sobre a adoção de medidas do macro zoneamento pelas Prefeituras do Vale do Paraíba. Comentou a criação da APA Federal de Cananéia, Iguape e Peruíbe e, mais recentemente, a da Ilha do Ameixal, Ilha Queimada Grande e Ilha Queimada Pequena; e deu informação de que existem várias APAS em tramitação na Assembléia Legislativa, sobre o que já expôs a preocupação da Secretaria Executiva ao Governador, no sentido de que estas APAS não fossem criadas já, pois pelo escasso número de funcionário, não temos condições de coordená-las; propusemos que apenas as florestas fossem preservadas. Falou também da proposta da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente de criação da APA de Guarapiranga, pedindo ao Dr. Ícaro maiores informações no final da reunião. Tendo o representante da SOMA, Dr. Ícaro, que se ausentar, passou ao Dr. José Pedro a seguinte informação: a SOMA participa da Comissão do Projeto Guarapiranga, criada por decreto do Senhor Governador. Os trabalhos desta Comissão estão em fase final; quando estes estiverem concluídos, o resultado (um projeto para a margem da Guarapiranga) será apresentado ao Consema, para, cotejado com a proposta de APA, ser



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

objeto de decisão. Dr. José Pedro continuando disse que para as primeiras APAS foram realizados diagnósticos pela Cetesb, e que esses trabalhos tiveram endosso das Prefeituras locais. Disse também que com relação a APA da Serra do Mar, haverá reunião com todos que tenham interesse no Vale do Ribeira. Passou a seguir a palavra ao Dr. Fredmar Correa que continuando a exposição do Dr. José Pedro relatou o trabalho que a Cetesb realizou, que é o diagnóstico das APAS rurais, denominadas perímetros Corumbataí, Botucatu e Tejuapá, abordando a cultura da cana, o uso de agrotóxicos, a saúde dos recursos hídricos e os conjuntos paisagísticos, que são basicamente as cuestas. Com relação às APAS urbanas de Campos do Jordão, Silveiras e Tietê, os diagnósticos abordaram 6 (seis) aspectos que são: a proteção dos corpos d'água, a proteção da cobertura vegetal, a expansão urbana, as ações sobre a paisagem, a problemática dos resíduos sólidos e a arborização urbana. No caso de Tietê e Silveiras foi também realizado um levantamento do patrimônio histórico e arquitetônico. Estes estudos estão contidos nos relatórios elaborados que indicam também os mecanismos do Estado nestas regiões. Existem dificuldades de fiscalização, sobretudo com relação as derrubadas, a mineração e aos loteamentos. Um dos problemas mais importantes dessas APAS é a erosão urbana, principalmente em São Pedro e Analândia. Nas APAS de Tietê e Silveiras o Patrimônio Histórico e Arquitetônico está em decadência. Existem dificuldades causadas pela cultura da cana e pelo uso de agrotóxicos. Falou também que o que é da competência da Cetesb está sendo feito: 1) Fiscalização diferenciada nas APAS; 2) Legislação e Proteção aos Mananciais, em conjunto com o CEPAM (Itirapina, Brotas, São Carlos, Avaré, Itatinga e Taquarituba); 3) Uso e ocupação do solo das áreas urbanas, usando como áreas piloto: Botucatu, São Pedro e Tietê; 4) Assistência em saneamento, em Campos do Jordão, no bairro de Santo Antonio; 5) Otimização do Sistema de abastecimento de água por eliminação de perdas em São Pedro, Bofete, Santa Maria da Serra; 6) Cloração em Analândia, Ipeúna, Mineiros do Tietê e Tietê; 7) Sistemas de esgotos em Rio Claro e São Pedro; 8) Assistência para solução de problemas de resíduos sólidos em Campos do Jordão, Tietê, Silveiras, Rio Claro, São Carlos, Angatuba, São Manuel e Avaré; 9) Estudos para diminuição dos impactos da cultura da cana que são: a monocultura, o problema fundiário, a poluição dos corpos d'água, e a questão social representada pelos boias-frias. Estão sendo estudados 3 (três) casos típicos que são nos municípios de Barra Bonita, onde a cultura da cana ocupa mais de 75% do seu território rural, São Manuel, onde a mesma cultura apresenta uma ocupação de quase 50% da área rural do município, com forte tendência à expansão, e Taquarituba, município no qual não existe a cultura da cana de açúcar. Estão sendo desenvolvidos estudos para zoneamento agrícola, para impedir a expansão da cana e o uso irracional da questão dos agrotóxicos. Estão também sendo implantados os Comdemas, com a colaboração da Secretaria do Interior, da SOMA e do Consema; que visam dar aos municípios que contêm APAS condições efetivas de participação da população à defesa do meio ambiente e assessorar ao Prefeito a respeito do assunto. Com relação a Educação Ambiental está na fase final de desenvolvimento um projeto que visa monitorar professores de alguns desses municípios. Está se procurando a nível informal contato com a população, aplicando a experiência adquirida em Cubatão. Comunicou também que a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Consema já tem trabalhos nas APAS que se traduzem em folhetos, impressos, realizados em conjuntos com a Cetesb e CPRN, estabelecendo contatos com as Secretarias da Educação do Estado e dos Municípios, para levar à comunidade a importância da preservação (material anexo à presente Ata). Dr. José Pedro retomando a palavra disse que os diagnósticos estão realizados e o trabalho está sendo encaminhado. É nossa intenção que essa metodologia sirva de exemplo para todo o Estado, pedindo priorização na atuação do Estado nas APAS. Existem também trabalhos junto com a Secretaria do Interior,





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

priorizando os parques urbanos, junto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, visando a preservação através dos Planos Agrícolas Municipais. Deverão ser repassados, através de convênios, 5 milhões de cruzeiros da Secretaria Executiva para os Municípios de Brotas, Tietê, Silveiras e Roseira, para viveiros de mudas nativas. Informou que a Câmara Técnica de Educação Ambiental está promovendo o 1º Encontro de Educação Ambiental em Sorocaba. Informou também que na APA da Serra do Mar existe o problema da população que habita essa área, e que é favorável a implantação de posseiros na zona tampão, e a zona de vida silvestre deve ser tratada com mais cuidado e rigor, e o assunto será debatido com a população e lideranças políticas do Vale. Dr. Jorge Cunha Lima diz não acreditar em política de proteção ambiental, se não houver conscientização da população urbana, porque as decisões políticas são da cidade. Falou sobre a metodologia das reuniões, e que é importante a montagem de Grupos de Defesa do Meio Ambiente a nível urbano e por extensão das áreas não urbanas. Comunicou também que o Condephaat e Secretaria da Cultura vão precisar da ajuda do Consema para casos como da Casa Modernista, cuja área verde também foi tomada e para o tombamento das praças e matrizes do interior. Observou que o Consema deve ser um Conselho de decisões políticas e sintéticas. Os documentos devem ser distribuídos previamente, e nas reuniões serem tomadas as deliberações políticas. Comenta também que fica surpreso com o adiamento de decisões sobre a questão do valo Grande, porque estão adiando e de repente vem uma chuva e alguém decide derrubar a barragem. Dr. José Pedro acha que é necessário a participação nesse processo, mas que com isso o Governo não deve se eximir de suas responsabilidades. Com relação a solicitação de colaboração para o Condephaat pede que seja solicitado para casos específicos, e que também já foi conversado com o Secretário da Justiça, pedindo sua colaboração; e quanto ao pequeno expediente será discutido no final da reunião. Dr. Carlos Sarti falou sobre o problema da ação urbana, comentando sobre o I Encontro Paulista, realizando em Rio Claro, colocando a preocupação do que resta do patrimônio cultural, arquitetônico e artístico. Em nível estadual temos o Condephaat e a nível federal o SPHAN, mas não existe mecanismo municipal que garanta a preservação a nível local. A Secretaria da Cultura e o Condephaat participaram desse Encontro e como conclusão, chegou-se ao espírito da lei, definindo sua abrangência e objetivos. Rio Claro apenas desencadeou o processo, o Consema deve se posicionar e participar com mais veemência. A Secretaria da Cultura já tem um papel importantíssimo e pode Ter mais ainda a nível político e prático. Dr. Jorge Cunha Lima citou o exemplo de Taubaté e Presidente Prudente, onde foi criada uma espécie de Condephaat, de forma que os monumentos são tombados a nível local e depois o Condephaat revalida os tombamentos. Existe agora um sistema de computador para se fazer um levantamento primário do que a cidade considera ser seus bens, e o que deve ser tombado. O método utilizado é uma espécie de mutirão da memória, em que todas as pessoas levam os documentos que possuem da cidade a um ponto de pedágio, para triagem e formação de um arquivo histórico. Esse é um embrião em nível de consciência. Dr. José Carlos Salvagni louvou que nessa discussão de meio ambiente se preocupem com a população rural. Os problemas são complexos, por exemplo, existe a prática de queima de cana entre os trabalhadores e usinas, e alterar esse quadro influi também nos salários. Comentou também que é favorável à restrição de criação de novos órgãos, mas não se deve cair em exageros, como brecar programas do Estado como a Fundação Florestal e o Programa Fundiário. Dr. José Pedro falou sobre a relação homem/natureza, ressaltando novamente o Encontro de Ubatuba, e louvou a adesão da Fetaesp à nossa causa. Em seguida Dr. José Pedro passou ao item Diversos, colocando aos presentes o adendo enviado pela SOMA com referência a exposição do Dr. Júlio Pettenuci, realizada na 11ª Reunião; este será enviado aos Conselheiros para ser deliberado na



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

próxima Reunião. Dr. Sarti retomou o problema do tombamento de monumentos e a necessidade de preservação do patrimônio a nível municipal; e de uma legislação mais clara para efetivação quer a nível natural, ambiental e arquitetônico para seu tombamento. O Condephaat se manifesta mais a nível arquitetônico, e propõe que o Consema tenha participação no processo, e que participe do encontro a ser realizado em dezembro, em Campinas. Dr. José Pedro propõe voto de louvor pela realização do 1º Encontro Paulista de Preservação Municipal, em Rio Claro. Todos aprovaram. Propôs também voto de louvor à SEMA pela criação das APAS de Cananéia, Iguape e Peruíbe. Dr. Giorgino Nogueira pergunta se a questão da Barragem do Valo Grande será tratada em reunião específica. Dr. José Pedro disse que sim, e que só não foi realizada no dia 19 último por estarmos aguardando estudos finais. Dr. Gastão pede que não se delibere nada na presente reunião sobre o Valo Grande. Dr. José Pedro comunica que houve discussão na Assembléia Legislativa sobre a posição deste Conselho com referência ao projeto de lei Tonico Ramos. Informa que foi perguntando pelo Deputado se a moção aprovada na última reunião o foi sob pressão, e respondeu que este Conselho não tomou e não tomará decisões sob pressão. Dr. Sérgio Dialetachi explica que na reunião passada citou os telegramas de apoio ao projeto de lei enviado por Governador, Deputado Vanderlei Macris, Prefeito Mário Covas e secretário Almino Affonso, retificando que na realidade só o do Governador era simpático ao projeto; o do Deputado Macris comunicava o desejo de repercussão e solidarizava-se. Continuando, disse achar lamentável que o Secretário Almino Affonso e o Prefeito Mário Covas, que são justamente as pessoas que sobre quem recai a responsabilidade pela ordenação da cidade, não tenham se manifestado, sobretudo o Dr. Almino Affonso que se manifestou contra o ramal da Fepasa e a implantação dos conjuntos habitacionais da COHAB na Área de Proteção aos Mananciais não se coloque mais claramente quanto a questão de Cotia. Dr. Carneiro esclarece que a Secretaria dos Negócios Metropolitanos se manifestou através de Emplasa quanto ao processo de industrialização na região metropolitana; disse não duvidar de lealdade e do trato das posições tomadas neste Conselho, desculpando-se com o Secretário Executivo. Dr. Mauro Vitor pede esclarecimento se a moção à SEMA pela APA Iguape/Cananéia e Peruíbe é de louvor ou pesar. Propõe que seja de pesar por ser um ato da Federação que intervém no Estado e não loca os recursos necessários para sua implantação. O parque da Bocaina não está implantado, a Federação se omite da implantação do Parque e declara uma Área de Proteção Ambiental. Dr. José Pedro diz que pessoalmente endossa a preocupação do Dr. Mauro Vitor e lamenta a situação do Parque da Bocaina, mas esclarece que a SEMA trabalhou com órgãos estaduais, municipais e com a população. Em seguida propôs votar a moção. Dr. Mauro Vitor retomou a palavra dizendo que São Paulo tem uma política ambiental de um século e que representa um aprendizado sofrido que impede aceitar que a esfera federal venha fazer APAS em papel. Dr. José Pedro lembra que a preservação da região lagunar é boa venha de quem vier e argumenta que se o Parque da Bocaina não tivesse sido assinado não estaríamos reivindicando sua implantação. Dr. Mauro Vitor argumenta que o ato declaratório deve indicar os recursos necessários para que seja sadio. De outra forma saca-se contra o patrimônio ambiental. Dr. José Pedro propõe que a moção de louvor a ser votada inclua recomendação da dotação de recursos proposta pelo Conselheiro Mauro Vitor. A moção foi aprovada por 8 (oito) votos a 5 (cinco)-, com a seguinte declaração de voto do Conselheiro Mauro Vitor: repúdio à esfera federal pelo ato declarando APAS as áreas de Cananéia, Iguape e Peruíbe, porque: 1) o ato não indica fonte de recursos para efetiva implantação das áreas; 2) o Parque Nacional da Bocaina, em parte no território paulista, está sendo devastado sem providências cabíveis do Governo Federal; 3) portanto aflora uma incoerência imediata; se há intenção honesta de preservar a natureza em São Paulo, que se



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

proteja efetivamente o Parque e não se criem novas áreas de proteção no papel; 4) o ato, como editado, soa demagógico, entorpece a opinião pública e não auxilia a causa do ambientalismo em São Paulo. Dr. Sérgio Dialetachi, comenta sobre o projeto de lei nº 282, de 1983, do Deputado Geraldo Siqueira, que propõe a preservação dos bens dominiais do Estado, propondo para tal moção de apoio. Dr. José Pedro comenta que a Secretaria Executiva já se manifestou favoravelmente a esse projeto. Todos aprovaram. Dr. Giorgino Nogueira pede para que quando houver assuntos a serem deliberados que constem da pauta. Prof. Titarelli propõe que as votações sejam feitas com quorum qualificado de 2/3 para garantir a opinião da minoria. Dr. José Pedro responde que essas propostas poderão ser incorporadas ao Regimento Interno, e que para isso sejam encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva, com 15 dias de antecedência às Reuniões para que possa haver deliberação. Dr. José Pedro levanta a questão da mortandade de peixes. Dr. Antonio Augusto, representante da Procuradoria Geral da Justiça informou que o Ministério Público está acompanhando de perto os referidos acidentes ecológicos, aguardando apenas os dados da Cetesb referentes à autoria, natureza, causas e extensão dos danos, dados estes sem os quais é impossível a propositura de eventual ação civil tendente à obtenção da reparação dos mesmos danos. Dr. Gastão retomando diz que podem surgir casos que devam ter votação urgente, de modo que o Regimento Interno deve prever possibilidade de deliberação na própria reunião. Dr. José Pedro a seguir informou que foram pescadas miraguias de 35 kg em frente a cidade de Iguape e que apareceram tartarugas e guarás cor de rosa, como resultado do fechamento do Valo Grande. Informa que a Reunião do dia 19 último foi adiada, a pedido da SOMA e devido viagem à Picinguaba em companhia do Senhor Governador. Esclareceu que nesse intervalo de tempo manteve contatos com Dr. Leiva, Dr. Cadadei, Dr. Goldemberg, Dra. Maria Tereza, e Dr. Guillaumon, e que está otimista quanto uma solução que resolva os problemas das enchentes e da preservação do ecossistema do Mar Pequeno. Comunicou ainda que informou por telex ao Secretário Dr. Leiva e ao Dr. Casadei do interesse manifestado por diversos Conselheiros no sentido de discutir o mais rápido possível a questão da Barragem do Valo Grande, e que recebeu do Secretário uma solicitação de que a Reunião se faça com as propostas técnicas para uma solução final: Dr. Gastão colocou sua preocupação de que a solução seja integrada, para que resolva todo o conjunto de problemas existentes na região. Dr. José Carlos pediu que seja dada a palavra aos lavradores presentes. Dr. José Pedro passou a palavra ao Dr. Yukio Kitahara, o qual se apresentou como membro titular do Ceeiguape e disse conhecer a questão ictiológica da Região Lagunar de Iguape/Cananéia. Citou estudos franceses da década de 50 que indicam que a salinidade não é influenciada pelo Rio Ribeira de Iguape, mas sim pela maré, e que não há impacto ambiental quando há grandes enchentes do Ribeira; comunicou ter recebido telegrama do Dr. Paulo Nogueira Neto em que o Secretário Especial do Meio Ambiente externa a opinião de que a região lagunar de Paranaguá não tem relação com a região lagunar de Iguape e Cananéia. Lembrou que as obras de rebaixamento já se iniciaram e que o Ceeiguape zelarà pelos aspectos ecológicos e ictiológicos envolvidos. Disse que não se deve voltar atrás, porque a decisão de rebaixamento da Barragem já foi anunciada às bases; lembrou que em termos da pesca da manjuba a Barragem foi catastrófica. Dr. José Pedro informou que os dados do Instituto Oceanográfico indicam que o fechamento da Barragem trouxe benefício para a recuperação da região lagunar, repovoando-a; informou ainda que há impacto ambiental quando da entrada de água doce no Mar Pequeno. Lembrou que a interligação do sistema Iguape/Cananéia/Paranaguá se faz pelo Canal do Varadouro, e informou que o Conselho suspendeu sua deliberação anterior antes de votar a solução definitiva. Lembrou que o Consema tem encargo do Governador de fazer sugestões a respeito, e que só



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

deliberará a respeito de uma solução definitiva. Lembrou ainda que o DAEE está fazendo os reforços de fundo e que, se necessário, o rebaixamento pode ser feito imediatamente. O Jornalista Randau Marques, pedindo a palavra manifestou-se lembrando de que deve se distinguir o interesse difuso do interesse privado, como o patrimônio coletivo do patrimônio privado. Lamentou verificar que os trabalhadores rurais, em cujo nome Dr. Kitahara também falou, estejam sendo usados como massa de manobra por seus senhores de gleba. Dr. José Carlos, da Fetaesp, tomando a palavra deu voto de confiança ao Governador do Estado e reconheceu que o assunto do Valo Grande está sendo tratado com responsabilidade e espera que também com rapidez Dr. Sérgio Dioletachi lembrou que existem casos de manipulação científica e citou o caso do pesquisador francês Jacques Cousteau que recentemente opinou no sentido de que a Amazônia não está sendo desmatada e que as populações indígenas do Brasil não representam interesse cultural para humanidade. Citou também o documento do Dr. Casadei como presidente do Ceeiguape que avoca competência a respeito da Barragem do Valo Grande, e pergunta como fica essa questão. Dr. José Pedro esclareceu que os Comitês Executivos de Estudos Integrados das Bacias Hidrográficas promovem estudos integrados. Comunicou que haverá contribuição dos Conselheiros para a composição do Ceeiguape Dr. José Pedro leu ainda o telegrama do Dr. Paulo Nogueira Neto citado pelo Dr. Kitahara, que tem os seguintes termos: "Recebi seu telegrama endereçado ao Ministro Mário Andreazza. Discordo dos seus termos, exceto no que se refere a região lagunar de Paranaguá, que de fato não tem nada a ver com Valo Grande em termos hidrológicos. Foi lapso de quem escreveu a entrevista". Continuando, Dr. José Pedro disse ser decisão aguardar os estudos definitivos sem tomar decisões precipitadas, sendo de opinião que um sistema de comportas poderá atender ao controle de enchentes e a proteção do Mar Pequeno. Dr. Raduan lembrou que a competência para questão do Valo Grande é estadual e que as decisões cabem ao Governador, ouvidos órgãos entre os quais o Consema. Lembrou que o Ceeiguape não delibera sobre o Valo Grande e que sendo um colegiado, só se manifesta. O Dr. Kitahara afirmou que o Ceeiguape não vai atropelar o Consema e que sendo um órgão regional é importante. O Jornalista Randau Marques lembrou que o Ministro César Cals delegou ao Estado de São Paulo a questão da Barragem do Valo Grande e determinou que o CEEIBH não teria ingerência sobre o assunto. Dr. José Pedro deu ainda informações sobre a Exposição do MIS que levará à Madri e que se houver propostas para Barragem do Valo Grande o Conselho poderá se reunir extraordinariamente para deliberar sobre a questão; disse acreditar que a obra precisa ser complementada e que seja dada solução definitiva. Agradeceu a presença de todos. Foi encerrada a reunião e lavrada esta Ata por mim; Mary Cristina de Araújo e Silva, que secretariei a reunião e vai por todos assinada.